

Revista
PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

v. 24 n. 2

Julho/Dezembro 2014

Rio de Janeiro

ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 2	p. 289-617	Jul/Dez 2014
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

Reflexões contemporâneas sobre pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social no Brasil

Sandra de Faria

RESUMO

Esta análise concerne às intersecções e conexões entre a produção do conhecimento e a agenda socioprofissional do Serviço Social no Brasil com o objetivo de compreender como operam, em uma direção social estratégica, e como fomentam o processo de busca, consolidação e legitimação de conhecimento, conduzindo a mudanças no estatuto profissional. Os estudos do contexto, da produção acadêmica e do papel protagonista desempenhado pelas entidades representativas da categoria sintetizam os processos e os elementos significantes da trajetória recente da profissão e as suas particularidades no Brasil. Estas reflexões são ancoradas na análise da produção acadêmica, que enfatizam o exame dos fundamentos sociais, históricos, econômicos, políticos e culturais do capitalismo monopolista, no contexto da crise de acumulação.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social brasileiro.
Pesquisa.
Pós-graduação e produção de conhecimento.

Recebido em 05/01/15.

Aprovado em 06/11/15.

Contemporary Reflections on Social Work Research and Knowledge Production in Brazil

This analysis concerns the intersections and connections between knowledge production and the socio-professional agenda of Brazilian Social Work. It endeavours to understand how they operate in a strategic social direction and how they pushed the process of knowledge gathering, consolidation and legitimatisation leading to changes in the professional status. The study of the context, of the academic production and of the protagonist role fulfilled by the category's representative bodies, synthesise the processes and the significant elements of the profession's recent trajectory and its particularities in Brazil. These reflections are anchored in the analysis of the academic production, examining the social, historical, economic, political and cultural foundations in the context of the crisis of monopolist capitalist accumulation.

KEYWORDS Brazilian Social Work. Research. Post-graduation and Knowledge production.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 2	p. 505-527	Jul/Dez 2014
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

Introdução

No Brasil, os avanços acumulados pelo Serviço Social, desde o final da década de 1970, solidificam-se com a maturação do seu processo de renovação teórico-cultural e, de modo particular, com a configuração do projeto profissional ético-político, em sua direção social estratégica. Entende-se que essa afirmação requer fundamentação em estudos sobre a profissão, em sua trajetória histórica no Brasil, com explícita argumentação, demonstração empírica, problematização e análise crítica.

Na presente reflexão, ressalta-se que, no domínio da pesquisa, da produção do conhecimento científico e da formação de pesquisadores, as alterações substantivas que integram a trajetória de renovação do Serviço Social, no Brasil resultam de vários fatores, tendo como vetor fundamental a consolidação da pós-graduação *stricto sensu*. Observa-se na crescente publicação de balanços produzidos com base em pesquisa bibliográfica e em dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários, assim como nos dados consolidados nas avaliações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC)¹, constituição de uma linha de investigação na área, com possibilidade de

1 A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país". Atualmente, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (cursos de mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. A avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, na forma como foi estabelecida, a partir de 1998, é orientada pela Diretoria de Avaliação/Capes e realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores *ad hoc*. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br> >. Acesso em 17/12/2014.

diferentes sínteses e reflexões². Tais balanços adquirem expressividade no Serviço Social, quer como análise de temas, quer como crítica metodológica e compreensão do estado atingido pelo conhecimento em sua amplitude e tendências no campo das Ciências Sociais e Aplicadas e das Humanidades. São diferentes estudos que, acumulados, possibilitam demonstrar a qualidade e a quantidade da teorização profissional, atestam a maioridade alcançada pelo Serviço Social com o desenvolvimento da pesquisa científica e possibilitam apreender os desafios e as tendências analíticas. Nos termos de Netto (1996), buscam analisar a emergência e as projeções de vertentes e direções desenvolvidas na reflexão profissional³.

2 Pesquisas identificadas que visaram ou utilizaram o balanço sobre a produção do Serviço Social para suas análises foram: BATTINI, Odária. *O estado das artes no Serviço Social*. Estudo sobre a construção do conhecimento na prática profissional do Assistente Social. São Paulo: PUC, 1991; BEHRING, Elaine Rosseti. *Política social e capitalismo contemporâneo* – um balanço crítico-bibliográfico. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993; BONETTI, Dilséia Adeodata. *Produção de mestrado em Serviço Social da PUC/SP: 1974/1987 – uma Análise*. São Paulo: PUC, 1992; NETTO, José Paulo. *Didadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo, 1991; Setúbal, Aglair. *Pesquisa no Serviço Social: utopia e realidade*. São Paulo: 1995; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Metamorfozes do desenvolvimento de comunidade*. São Paulo: 1993; FARIA, Sandra de. *Serviço Social e o “mundo do trabalho”* – balanço da produção de mestrado –1990/1995. São Paulo; PUC, 1997. KAMEYAMA, Nobuco. *A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997)*. Cadernos ABESS, n. 8, Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998; MENDES, Jussara Maria Rosa e DESAULNIERS, Júlia Beatriz Ramos (orgs.). *Textos & contexto –perspectivas da produção de conhecimento em Serviço Social*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002; SPOSATI, Aldaíza (org.). *Proteção Social de Cidadania. Inclusão dos idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal*. São Paulo: Ed. Cortez, 2004; IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche e SILVA, Maria Ozanira da Silva. *Serviço Social, Pós-Graduação e produção de conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005. Outros trabalhos foram produzidos com a coordenação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess) e Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social e Políticas Sociais (Cedepss), atualizados e ampliados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss).

3 Nessa perspectiva teórico-metodológica, as implicações sociopolíticas das tendências que constituem as relações complexas entre realidade e conhecimento puderam ser examinadas e, no domínio do pensamento, interditaram as formulações apriorísticas e as análises fenomênicas dos objetos sociais.

Nos estudos empreendidos com base na pesquisa que integrou a tese de doutorado⁴, demonstrou-se que a pesquisa e a produção de conhecimento acadêmico e intelectual do Brasil, com os resultados oriundos da efetiva implementação e expansão da pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, a partir das décadas de 1970 e 1980, constituem um acervo que conquista relevo inédito de teorização, e que repercute na dinâmica da profissionalidade do Serviço Social no Brasil. Em especial, desenvolvem-se pesquisas e produção de conhecimentos que incidem sobre a renovação dos fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativos do Serviço Social brasileiro, que se evidenciam como uma das “linhas de forças que orientam a constituição de uma nova cultura profissional que defende um projeto profissional coletivo, que objetiva direcionar ética e politicamente a intervenção socioprofissional e balizar os compromissos profissionais dos assistentes sociais” (FARIA, 2003, p.81).

Nas análises desenvolvidas considera-se que as produções científicas pioneiras do Serviço Social no Brasil são de caráter circunstancial e que guardam, indiscutivelmente, uma dimensão histórica e documental. No entanto, como se constatou, consolidada e ampliada a implementação de cursos de mestrado e doutorado, com funcionamento de cursos de pós-graduação nas diferentes regiões do país, pode-se apreender que os seus desdobramentos, na atualidade, são fundamentais para responder às exigências de um trabalho acadêmico sistemático, assegurando à profissão o reconhecimento institucional e intelectual de sua investigação e de sua

4 A tese de doutorado com o título: *Produção de conhecimento e agenda socioprofissional no Serviço Social brasileiro*, sob a orientação do Prof. Dr. José Paulo Netto, foi defendida pela autora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP, em 2003. O objeto de análise da tese constituiu-se, precisamente, em apreender, na trajetória sócio-histórica da profissão, os vetores e as linhas de forças que propiciaram a consolidação do processo de renovação do Serviço Social brasileiro e a afirmação de uma direção social estratégica na vertente de *ruptura com o conservadorismo*, que se revela compreensível, no plano analítico, quando observada à luz da teoria social de Marx. A incidência dessa matriz teórica, legitimada nos fóruns e debates profissionais, entrelaça-se à diversificação do processo metodológico de produção de conhecimento da realidade social e subsidia o confronto com o domínio de vertentes que, em suas abordagens, tendem a desistoricizar o processo de profissionalização do Serviço Social e a estabelecer uma homogeneidade formal e instrumental das complexas ramificações das tendências teóricas e políticas da profissão.

produção científica, fundamentada em uma abordagem histórica e mais ampla no tratamento das experiências profissionais, na análise da conjuntura e nas formulações teóricas.

Os avanços oriundos do desenvolvimento da pesquisa permitem reconhecer que a estruturação, o desenvolvimento e a consolidação da pós-graduação em Serviço Social – cursos de mestrado e doutorado e a exigência do pós-doutoramento, se inserem, de um lado, nos debates profissionais e nas estratégias de acesso a um estatuto acadêmico mediante a produção de conhecimentos cientificamente reconhecidos e de qualificação docente e profissional e, de outro lado, como expressão das políticas educacional e de pesquisa e desenvolvimento adotadas no Brasil e as suas estratégias. A respeito desse aspecto cabe realçar a iniciativa da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa e Serviço Social (Abepss) e do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), de induzir o desenvolvimento de diferentes estudos dedicados ao exame mais detalhado das expressões da política educacional no âmbito do Serviço Social, em especial, sobre as estratégias adotadas para a graduação, com destaque para a autorização, pelo Ministério da Educação, de cursos de graduação em Serviço Social na modalidade de educação à distância. Essa orientação é decorrente do posicionamento público das entidades representativas da categoria sobre a incompatibilidade entre a graduação a distância e o Serviço Social, com campanhas e elaboração de documentos e notas amplamente divulgadas nos meios profissional e acadêmico e nas agências reguladoras da educação superior.

No âmbito específico da relação pesquisa, pós-graduação e produção do conhecimento, os dados avaliativos sistematizados na área e a literatura profissional recorrente confirmam o acúmulo de investigações, estudos e produções que enfatizam as determinações macroestruturais que abrangem a profissionalidade do Serviço Social e tendem a relacionar o que estava isolado, sem relação ou conexão analítica. Em parcela da produção acadêmica e intelectual, afirma-se a tendência analítica, na qual as dimensões profissionais são apropriadas e refletidas como um movimento teórico, prático e ideopolítico, mediado por uma diversidade de questões que integram as suas polêmicas internas. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e prática-operativa do Serviço Social, sobretudo, aparecem implicadas e pensadas em outra inteligibilidade, inseridas no conjunto das mediações institucionais, organizacionais e culturais que circunscrevem o cotidiano do trabalho profissional do assistente social.

Os desdobramentos desse importante avanço, porém, não se limitam às configurações do Serviço Social nas instituições e nas unidades de formação acadêmica com o estabelecimento de diretrizes curriculares nacionais, no exercício da docência na graduação e pós-graduação e na fecundidade da pesquisa científica e produção de conhecimento. Na análise da trajetória do Serviço Social no Brasil, sobrelevam-se particularidades e implicações, das quais se destacam a convergência e os nexos entre a agenda socioprofissional e a expressividade alcançada pelo pensamento crítico de tradição marxista na produção de conhecimento na área do Serviço Social.

No presente artigo, retoma-se esse processo de alcance socioprofissional, considerando as tendências críticas que despontaram, dentro e fora dos espaços acadêmicos, a partir da década de 1970, e se aprofundaram nas décadas de 1980 e 1990, com o objetivo de, progressivamente, saturar as várias instâncias de organização da profissão em uma direção social que, ao explicitar a sua dimensão política, abriu um caminho divisor na sua trajetória. Trata-se, precisamente, no campo sindical – Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas) e Associação Nacional dos Assistentes Sociais (Anas); profissional – Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) e Conselho Regional de Serviço Social (Cress); acadêmica – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abpess) e estudantil – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso).

É fato que durante as décadas de 1980 e 1990, a ampliação e a redefinição da organização profissional foram altamente reforçadas como exigência para alcançar a construção de um projeto coletivo de Serviço Social. As entidades representativas da categoria no Brasil impulsionaram o processo e fizeram avançar a confluência entre os vetores políticos e os teóricos, fortalecendo o reconhecimento e a afirmação acadêmica da área, a constituição de um *corpus teórico* na área e o processo de organização política dos assistentes sociais.

Behring (2012, p.101) resumiria esse amplo processo socioprofissional, compreendendo que

esta caracterização de um projeto em movimento, que se renova de modo permanente, se exemplifica sumariamente pelas seguintes mudanças: dois currículos mínimos (1982 e as novas diretrizes); dois códigos de ética (1986 e 1993); revisão da Lei de Regulamentação da Profissão, e alterações na própria organização política, com mudanças nas estruturas das

entidades: de Abepps/Cedepss para a Abepss, o que foi muito mais que uma mudança de nome (Behing e Ramos, 2009): da Sessune para Enesso; do Cfas/Cras para o Conjunto Cfess/Cress; da Ceneas para a Anas, da Anas para a organização por ramo proposta pela CUT (e hoje a recolocação do debate sindical); e um destaque especial para a mudança de direção política das entidades, a exemplo da Abess a partir de 1979 e, particularmente, do conjunto Cfess/Cress.

Nessa perspectiva e, simultaneamente, a agenda socioprofissional tende a relacionar o que antes estava fragmentado e isolado e passa a decifrar as mediações derivadas “da complexificação histórica do Estado e da sociedade civil no Brasil, verificada com a expansão monopolista sob a égide do capital financeiro, impulsionada pelas novas condições sócio-políticas criadas com a ditadura militar e sua crise” (Iamamoto, 1998, p. 102).

Netto (1996, p.111) em suas análises sobre o referido período, aponta que

é correto afirmar-se que, ao final dos anos oitenta, a categoria profissional refletia o largo espectro das tendências ídeo-políticas que tensionam e animam a vida social brasileira. Numa palavra, democratizou-se a relação no interior da categoria e legitimou-se o direito a diferença ídeo-política. Nunca será exagerada a significação dessa conquista, num corpo profissional em que o doutrinário católico inseriu, originariamente, uma refinada e duradoura intolerância.

Em retrospectiva, pode-se afirmar que, no final dos anos 1970 e parte da década de 1980, nem tudo indicava que, das lutas políticas da categoria profissional, poderia surgir um projeto profissional amplo e estratégico que, “exprimindo a própria inserção do Serviço Social na malha das concretas relações da sociedade brasileira” (NETTO, 1996, p. 108), propiciou a maturação do processo de renovação teórico-cultural e a consolidação do projeto profissional ético-político do Serviço Social, em sua direção social estratégica. Nem se poderia afirmar que esse projeto prevaleceria entrelaçado às tendências da organização política da categoria, das diretrizes para a formação acadêmica do assistente social, com as contribuições da pesquisa e da produção de conhecimentos ancoradas na ontologia marxista, fundamentalmente, um projeto comprometido com o desenvolvimento de uma nova legitimidade social das alterações conquistadas como competências socioprofissionais.

Nesse artigo, retoma-se esse processo de dimensão socioprofissional, com o objetivo de contribuir para as análises relativas ao Serviço Social, com ênfase ao debate profissional e acadêmico sobre a pós-graduação, a pesquisa,

a produção do conhecimento e a universidade, sem, contudo, perder de vista que os complexos desafios que incidem sobre a profissão nas particularidades de sua renovação no Brasil, na atual fase do processo de crise de acumulação capitalista, têm abrangência no contexto latinoamericano.

Pesquisa e produção do conhecimento: particularidades da renovação do Serviço Social no Brasil

A problemática da gênese e do desenvolvimento do Serviço Social brasileiro está intimamente ligada à sua própria legitimidade social. Na busca dessa legitimidade, segmentos da categoria empenharam-se na construção de um projeto profissional, na explicação dos seus nexos, com base na produção do conhecimento acadêmico e na redefinição das prioridades da agenda socioprofissional. Historicamente, observa-se um enlace entre os dois componentes do Serviço Social brasileiro: o conhecimento acadêmico e a redefinição da agenda socioprofissional.

A manifestação madura desse enlace, desde as décadas de 1990 e 2000, sobleva a teorização e a análise crítica ao conservadorismo fundado na racionalidade instrumental, que pressupõe a dimensão heterônoma como constitutiva do significado social da profissão, reforçada pelo cientificismo positivista e neopositivista.

Apesar de sua extrema diversidade, o debate que ganhou vigor e legitimidade na profissão apresenta traços importantes: situa, em suas abordagens, o contexto social; considera, no âmbito da investigação da produção de conhecimentos, as controvérsias dos enfoques teórico-metodológicos que perpassam as Ciências Sociais e Humanas; e, sobretudo, exprime uma nova cultura profissional com enfoque nas *análises sobre o modo de produção capitalista, a “questão social” e as dimensões profissionais*.

Nessa ótica, impõe-se como pertinente examinar sistematicamente o potencial heurístico de uma tendência analítica mais ampla que se manifesta na produção do conhecimento que, no plano ontológico, trata dos nexos orgânicos entre ciência e ideologia, conhecimento e práxis. São nexos orgânicos porque não se esgotam na relação gnosiológica entre sujeito e objeto e na necessidade do conhecimento objetivo e científico.

Uma indicação decisiva, uma dimensão essencial e necessária, para distinguir as tendências progressistas, conservadoras e reacionárias do pen-

samento social⁵, é a recorrência às mediações complexas e contraditórias, escapando das especulações homogeneizadoras, diferenciando-se das relações complexas da realidade objetiva, “do culto do elemento contingente, da apologia fenomênica da vida cotidiana, que esgota(ria) em-si-mesma, sem mediações complexas, todas as possibilidades do gênero humano” (ANTUNES, 1999, p.170).

No Serviço Social, esse potencial heurístico faz-se sentir, em especial, na relação entre a produção científica e os fundamentos que ampliam as bases do processo de formação profissional. Mais claramente, conforme a perspectiva adotada de ampliar a formação profissional, coloca-se, efetivamente, a necessidade de ampliar a capacidade de investigação e produção de conhecimento referente à realidade social.

Em uma perspectiva ontológica, na sociedade burguesa,

quer tomemos a própria totalidade imediatamente direta de realidades imediatamente dadas, quer seus complexos parciais, o conhecimento imediatamente direto de realidades imediatamente dadas desemboca sempre em meras representações. Por isso, essas devem ser melhor determinadas com a ajuda de abstrações isoladoras. Com efeito, no início, a economia enquanto ciência tomou esse caminho, foi cada vez mais longe no caminho da abstração, até que nasceu a verdadeira ciência econômica, que parte dos elementos abstratos lentamente obtidos para “voltar a fazer a viagem de modo inverso, chegando novamente à população, mas dessa vez não como uma representação caótica do todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (LUKÁCS, 1979, p.37).

Dos fundamentos do materialismo histórico dialético, apreende-se a prioridade do ser, da produção e reprodução do ser humano em relação a outras funções, e do campo de interações e inter-relações. Rompendo com a elaboração de falsas antinomias (positivismo), o método materialista histórico busca captar as conexões categoriais reais, a ineliminável relação entre o econômico e o extraeconômico.

Para Marx, o econômico e o extraeconômico convertem-se continuamente um no outro, estão em uma ineliminável relação recíproca, da qual, porém não deriva nem um desenvolvimento histórico privado de leis e

5 Conforme Lukács (1979, p. 101) “a história do pensamento humano nos ensina, com efeito, que toda a filosofia leva a marca profunda de sua época, na sua metodologia, em toda a sua estrutura e até mesmo nas condições que lhe permitiram constituir-se. As inflexões da História provocam, necessariamente, crises na filosofia”.

irrepetível, nem uma dominação mecânica imposta por lei do econômico abstrato e puro. Deriva, ao contrário, aquela orgânica unidade do ser social, na qual as leis rígidas da economia precisamente têm apenas a função de momento predominante (LUKÁCS, 1979).

Em *O Capital*, a categoria do valor (teoria do valor) é uma categoria objetivamente central no plano ontológico, categoria que ilumina o que de mais importante existe na estrutura social do capitalismo, ou seja, *o caráter social da produção*. Para Marx (1982), o princípio ontológico do trabalho como categoria torna-se o fundamento de uma metodologia rigorosamente científica que rejeita a eternidade das relações sociais de produção capitalistas e a falsificação das relações de exploração do trabalho pelo capital como natural e universal.

Nessa direção teórico-social, a afirmação acadêmica do Serviço Social e a constituição de um *corpus* teórico na área são conquistas renovadoras da profissão, entendendo-se que o exame sistemático das conexões entre a profissão e a produção de conhecimento, por meio de pesquisas, balanços e estado da arte, aponta tendencialmente um significativo desdobramento *da nova profissionalidade em curso*. Trata-se dos fundamentos, determinações e dimensões históricas e contemporâneas que propiciaram a construção do projeto profissional ético-político. Conforme Guerra (2014, p. 41) o projeto ético-político (PEP) nasce e se desenvolve no campo histórico, “é a realidade social tomada em sua processualidade e inteligibilidade históricas”.

Iamamoto, em diferentes textos (1992, 1998, 2007), enfatiza continuamente a importância da ruptura com a herança conservadora para o aprofundamento do processo de conhecimento e compreensão da realidade. A autora chama a atenção para o indispensável enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade:

entendida numa dimensão processual, essa ruptura tem como pré-requisito que o Assistente Social aprofunde a compreensão das implicações políticas de sua prática profissional, reconhecendo-a como polarizada pela luta de classes. Em outros termos, o profissional é mobilizado na implementação de políticas sociais que trazem no seu bojo interesses divergentes e antagônicos que o exercício profissional, contraditoriamente, reproduz, já que tende a ser cooptado por uma das forças em confronto. Essa compreensão é básica para tornar possível que o Assistente Social faça uma opção teórico-prática por um projeto coletivo de sociedade e supere as ilusões de um fazer profissional que paire “acima” da história. Isso implica, por sua vez, o enriquecimento do instrumental científico

de análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural (IAMAMOTO, 1992: p.37).

Atento e crítico a essa dinâmica do Serviço Social, Netto (1990) analisa o Serviço Social, no Brasil, no período pós-64. Conforme o autor, *a perspectiva de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional* (que emerge nas décadas de 1970/1980) possui, como substrato nuclear, uma crítica sistemática ao desempenho *tradicional* e aos seus aportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Essa crítica manifesta-se com a pretensão de romper, quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador) e recorre progressivamente à tradição marxista.

Percebe-se que, no Brasil, a constituição de um *corpus* teórico que formula uma crítica sistemática ao pensamento conservador (a tradição positivista e o neotomismo) e aos seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador) interfere no processo de laicização e diferenciação da profissão e faz recorrência à tradição marxista⁶. O que revela a relevância e proeminência que “as interpretações de caráter histórico-crítico foram assumindo progressivamente na liderança do debate acadêmico-profissional” (IAMAMOTO, 1993, p. 104).

Do ponto de vista histórico,

trata-se de projeto profissional construído na trajetória da profissão, em confronto com seu histórico conservadorismo, projeto que tenta claramente romper com os ranços conservadores que impregnam a profissão no âmbito do seu significado social e da sua funcionalidade, das ideologias e teorias sociais que a subsidiam, das suas representações e autorrepresentações, dos valores de diferentes extrações que a sustentam, das formas clássicas e tradicionais de intervir na realidade (GUERRA, 2014, p. 40).

6 Na revisão crítica da proposta de formação profissional, em 1995, durante a Oficina Nacional de Formação Profissional, promovida pela ABPESS, essa diferenciação é reafirmada, considerando o debate acadêmico e profissional que, a partir da década de 1980, constrói uma cultura permeada por interesses e questões que dizem respeito ao papel da Universidade na realidade brasileira, à importância da formação profissional na definição de um perfil profissional, aos vínculos entre a prática profissional e às práticas sociais da sociedade. Ao romper com uma visão pretensamente neutra e a-histórica, o processo dos anos 1980 é considerado como um marco na formação profissional, posto que imprimiu aos cursos de Serviço Social a exigência de definirem uma direção social e uma capacitação que contemple a totalidade das dimensões profissionais, isto é, teórico-prática e ético-política (1995).

Mota (2013), em ensaio recente, publicado na revista *Katálysis*, aborda o Serviço Social brasileiro como profissão e área do conhecimento, ressaltando sua dimensão intelectual e as qualificando como uma particularidade nos âmbitos continental e mundial do Serviço Social. Conforme a autora, há

evidências deste protagonismo, dentre elas, a natureza das comunicações científicas nos eventos latino-americanos e mundiais, a ampliação das citações de autores do Serviço Social em produções das ciências sociais e humanas e o crescimento da demanda pelas pós-graduações em Serviço Social de outras áreas do conhecimento (MOTA, 2013, p. 16).

Mota (2013) problematiza a relação entre profissão e área do conhecimento, e com indagações e análise em seu ensaio,

desenvolve a hipótese de que o Serviço Social como área do conhecimento supera os imperativos imediatos da intervenção, contribuindo para a construção de uma massa crítica, donde o seu papel intelectual na formação de uma cultura teórica e política que se contrapõe à hegemonia dominante, protagonizada pela esquerda marxista no Brasil. Esta dimensão mantém unidade com o exercício profissional, contudo faz uma distinção entre o significado do Serviço Social enquanto área do conhecimento e profissão (p. 16).

Ainda, a investigação possibilita dimensionar, para o Serviço Social, o debate e as tendências culturais presentes no pensamento social e o seu domínio nas questões ideológicas que marcaram a vida social.

Nessa direção, dentre os avanços conquistados pelo Serviço Social no Brasil, apresenta relevo o reconhecimento da produção científica e intelectual da área, integrando o acervo de conhecimento das Ciências Sociais Humanas e Aplicadas, conforme regula e avalia a Capes/MEC⁷. No entanto, a integração do Serviço Social e o seu desenvolvimento como área de conhecimento, como previsto no sistema nacional de pós-graduação e capacitação docente do Brasil, tem requerido dos pesquisadores/docentes e dos programas de pós-graduação *stricto sensu* estudos contínuos e formulação de estratégias mais globais.

7 O Sistema de Avaliação da Pós Graduação no Brasil (SNPG) abrange dois processos: a Avaliação dos Programas de Pós-graduação e a Avaliação das Propostas de Cursos Novos de Pós-graduação. A Avaliação dos Programas de Pós-graduação compreende o acompanhamento anual e avaliação quadrienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o SNPG. Aos resultados desse processo atribui-se uma nota na escala de "1" a "7", conforme informa a agência. Disponível em: < [http://: www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)>. Acesso em 17/12/2014.

Mendes e Almeida (2014) ao traçarem um panorama das tendências da pesquisa, materializadas nas propostas investigativas, submetidas pelos pesquisadores do Serviço Social aos editais e chamadas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), assinalam um conjunto de questões para o debate e a reflexão, associado aos desafios que se apresentam para a pesquisa em Serviço Social. As autoras reiteram, em suas análises, a importância dos espaços de pós-graduação para o desenvolvimento da pesquisa científica. Afirmam que, “iniciados nos anos 1970-80, no Brasil, a pesquisa, a produção de conhecimento e a pós-graduação andam juntas. Trata-se de um processo de construção derivado do corpo profissional que passou a produzir a sua acumulação teórica” (MENDES; ALMEIDA, 2014, p. 655).

No âmbito dos planos nacionais de pós-graduação adotados pelo Brasil e das normatizações das agências governamentais, ressalte-se que os indicadores⁸ da avaliação da Capes não podem ser desconsiderados para as avaliações e os balanços da produção na área, em especial, no que se refere a diretrizes presentes nas políticas governamentais norteadoras para ciência, tecnologia e inovação⁹, a política nacional de pós-graduação¹⁰, ao aumento do número de mestres e doutores, à expansão da modalidade de mestrado profissional e a ações orientadas para formação de professores para a educação básica. No entanto, considera-se que há diferença entre os objetivos e as metodologias de caráter inventariante e descritivo da produ-

8 De acordo com as orientações da Capes, as informações preenchidas anualmente pelos programas e enviadas a instituição por meio do programa de coleta de dados são tratadas e permitem a emissão dos cadernos de indicadores, relacionados à produção técnica, disciplinas, proposta do programa, docente produção, teses e dissertações, produção artística, linhas de pesquisa, docente atuação, produção bibliográfica, corpo docente, vínculo formação, projetos de pesquisa. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em 18/12/2014.

9 O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foi criado pelo Decreto nº 91.146, em 15 de março de 1985. Como órgão da administração direta, o MCTI tem como competência a elaboração e implementação da política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação, planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia, política de desenvolvimento de informática e automação; política nacional de biossegurança; política espacial; política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis. Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br>>. Acesso em 18/12/2014.

10 No âmbito da Capes trata-se, como informa a Agência em seu sítio (<http://www.capes.gov.br>), do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 que tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil.

ção acadêmica e científica, assim como entre os requisitos de um sistema de avaliação que busca um padrão de excelência, e os estudos que versam sobre a análise das tendências analíticas e vertentes que fundam o conhecimento científico e sua validação teórica e histórica.

Como bem demonstra Kameyama (1998), o Serviço Social brasileiro concentra, na produção de conhecimento, uma variedade temática e de elaborações críticas. Nas palavras da autora, o Serviço Social

enfrenta o desafio de decifrar a dinâmica da sociedade e do Estado e suas determinações no âmbito profissional. Por isso, as investigações apresentaram-se, em termos gerais, como movimento de articulação teoria/realidade, de busca de construção de conhecimento, apontando como subjacente um movimento de crítica às dimensões aparentes, fenomênicas ou reificadas do real (p.71).

No processo em que se inscrevem as conquistas no âmbito acadêmico, na formação de intelectuais e no perfil profissional do assistente social, no Brasil, cabe reafirmar o legado do movimento de reconceituação do Serviço Social, inquestionavelmente, um movimento latinoamericano que favoreceu, em outro patamar de elaboração teórica, a sua institucionalização acadêmica no Brasil. Reconhecido como a matriz originária dos posicionamentos de autocrítica e de questionamentos societários na profissão, foi o marco do qual se delinearão os primeiros contornos de uma vertente crítica e progressista, inspirada nas aproximações com a teoria social de Marx e a tradição marxista, elaboradas por setores da categoria no continente, como alternativa ao Serviço Social tradicional (FARIA, 2003).

Os limites, as insuficiências e o caráter assistemático das referências teóricas, políticas e éticas da profissão foram enfrentados pela Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (Alaets/ Celats), que exerceu, na primeira metade da década de 1980, um papel fundamental na elaboração teórica fundamentada nas Ciências Sociais e Humanas e na pesquisa sobre as condições sociais, econômicas e políticas dos vários países latinoamericanos. Apreende-se, em vários documentos, que as condições intelectuais de elaboração e investigação do Serviço Social foram avaliadas e, os esforços de produção teórica no interior da categoria profissional, valorizados por esses organismos.

Conforme Abramides e Cabral (1995, p. 121), nessas décadas, a articulação de segmentos profissionais e entre as unidades de ensino do Continente, canalizadas pela Alaets/Celats, cumpriu “um papel político impor-

tante no continente latino-americano e caribenho, não somente do ponto de vista acadêmico, por meio das escolas, como também da organização gremial/sindical e estudantil”. Convergiu para esse papel, conjuntamente, a articulação dos movimentos e das organizações socioprofissionais latinoamericanas nas lutas sociais e de defesa da organização democrática dos assistentes sociais na organização da classe trabalhadora.

No desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação e da produção de conhecimento, a profissão, no Brasil, a partir dos anos 1980, vai além dessa autocrítica. Como ressaltou Kameyama (1998), não se limita a consumir conhecimentos produzidos em outras áreas das Ciências Sociais, mas elabora conhecimentos que subsidiam a formação e a prática profissionais, apresentando rigor teórico-metodológico, qualificando a sua interlocução interdisciplinar e diversificando os mecanismos de difusão, divulgação e debate sobre pesquisas, com destaque para a efetivação dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), em sua décima quarta edição, em 2014.

A apreensão da direção estratégica do projeto ético-político profissional leva ao problema das profundas mudanças operadas, em escalas mundial e nacional, na área de pesquisa e desenvolvimento e as suas conexões com os movimentos do capital.

Neste artigo, refere-se aos desafios que se acumulam com os traços de mudanças que vão além dos processos institucionais, dos marcos regulatórios e das prioridades estabelecidas para ciência, tecnologia e inovação. As modificações no cenário da pesquisa e da pós-graduação em geral, e, em especial, nas áreas de Humanidades – Ensino, Educação, Ciências Sociais e Aplicadas, Linguística e Artes – incidem nas regras de regulação, avaliação e financiamento; geram modificações substantivas nas condições de desenvolvimento da ciência, validadas pelo rigor e critérios científicos indispensáveis à formação, à pesquisa e à produção do conhecimento, tendo na universidade o seu lócus privilegiado para além dos critérios práticos, geralmente aplicados a uma disciplina/programa com enfoque em inovação e negócio.

Na atual conjuntura, a valorização da inovação, como ponte central na ligação entre a universidade e o crescimento econômico, possui convergência com outras mudanças decorrentes de profundas alterações nas fronteiras do conhecimento e das profissões, nos temas e debates sobre interdis-

ciplinaridade e flexibilidade, na relação entre a pesquisa básica e a aplicada, formação e as novas tecnologias de informação, na avaliação e importância acentuada dos *ranking* nacionais e internacionais, tendo na *universidade de classe mundial* um modelo de prestígio e referência, amplamente divulgado pelos organismos internacionais. Nesse conjunto, destacam-se as estratégias de internacionalização com múltiplas consequências para o conhecimento, a ciência e a formação acadêmica.

Um conjunto de questões justificam diferentes estudos e análises, considerando ainda o contexto e clima cultural adverso à razão crítica e inclusiva que investiga e indaga os rumos e ideias, pluralidade e divergências nas reflexões, nas tendências analíticas e nas políticas educacionais dominantes na universidade brasileira. A universidade, concebida como instituição social, deve ter na *práxis* social a função de guia e de controle em relação aos seus compromissos acadêmicos e sociais, produzindo os meios analíticos pelos quais se vinculam, cada vez mais firmemente, todas as dimensões da ciência e tecnologia com o mundo social. Em concordância com as análises de Guerra (2013), a preocupação com os fundamentos das coisas parece ser uma questão extemporânea nesse período, no qual a retórica pós-modernista antiontológica conquista adeptos de várias tendências.

Assim desenvolvidas essas reflexões, pretende-se acentuar neste artigo a pertinência do desenvolvimento de estudos e investigações que objetivam demonstrar sistematicamente que o projeto ético-político profissional foi e é, efetivamente, uma conquista do Serviço Social no Brasil, um projeto original, inédito e não episódico, em decorrência dos seus vínculos com a organização profissional e a produção de conhecimento, as quais atestam a fecundidade das abordagens que assumem como horizonte a prioridade ontológica do ser social para a afirmação da historicidade dos processos sociais objetivos e do vínculo indissociável entre conhecimento e *práxis* social.

Organização política e suas relações com as complexas tendências teóricas

A incorporação do marxismo ao Serviço Social foi marcada por um processo de tensões e embates políticos. A emergência de correntes marxistas na profissão faz-se, sobretudo, com o deslocamento do domínio teórico-cultural da tradição positivista e seu ideário conservador. Trata-se de um processo analisado em obras clássicas com ampla difusão no Serviço Social no Brasil.

A tese de doutoramento de Silva (1991), intitulada *Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*, expõe uma sistemática reflexão teórica sobre as possibilidades e as determinações da introdução do marxismo no Serviço Social brasileiro.

Silva (1992, p.88)¹¹ explora rigorosamente os influxos do Movimento de Reconceituação Latino-Americano no Serviço Social brasileiro e enfatiza a importância da clareza

em relação às tendências da Reconceituação que tiveram expressão no Brasil, aquela que se dirigiu para uma aceitação da tradição marxista foi, efetivamente, mais rejeitada pelos grupos hegemônicos, que as vertentes neo-positivistas e modernizadoras, posto que se afiguravam como um 'desvio' inaceitável frente aos princípios cristãos que marcavam ainda fortemente o ideário profissional. Nesse sentido se explica que o relacionamento dos adeptos do marxismo tenha se voltado para uma articulação mais efetiva com os segmentos profissionais que comungavam das mesmas idéias, em outros países.

Do ponto de vista analítico, a compreensão do processo de alterações da profissão possibilita desvendar sua inerente dimensão política e as suas relações com as complexas ramificações das tendências teóricas, com destaque para as suas características fundamentais e os seus desdobramentos teórico-práticos.

Nessa perspectiva de análise, a dimensão política da profissão aparece como *expressão histórica e socialmente concreta*, compondo a crítica teórica dirigida ao pensamento conservador e às posições que restringem, no plano da formação profissional, o domínio de conteúdos que se mostram instrumentalizáveis.

Santos (1998) afirma que é tão necessário levar em conta o peso desses contextos quanto a consideração dos elementos estruturais da profissão com os quais eles se interrelacionam, compreendendo então a dimensão política do Serviço Social como a síntese concreta de ambos.

Para a autora, a abordagem que permite essa compreensão é aquela que "situa a dimensão política da profissão no quadro do significado social da

11 A pesquisa de Silva (1992) parte de sua tese de doutoramento. Demonstra, ainda, como a militância na esquerda católica, no movimento estudantil, em partidos políticos e outras organizações políticas, vivenciada por vários profissionais, resultou em uma via de aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, marcando o seu encontro com as polêmicas que modificaram e diversificaram as tendências nas Ciências Sociais e Humanas.

profissão, onde se cruzam as suas particularidades históricas e as determinações do contexto sociopolítico em que ela se realiza” (SANTOS, 1998, p. 31).

Essa é uma referência analítica significativa, que atesta o adensamento das abordagens contrárias ao pensamento conservador, o qual veta as contradições e limita a razão ao intelecto, orientando-se pela ideologia do profissionalismo.

A perspectiva analítica marxista sustenta que a conformação de uma agenda socioprofissional não pode ser um aspecto desconsiderado na pesquisa sobre o movimento de renovação das bases de legitimidade social, pois, efetivamente, evidencia a dimensão política da profissão e a verdadeira condição do profissional como trabalhador assalariado, embora não diretamente produtivo.

A apreciação desse movimento torna questionáveis as percepções que advogam que as modificações operadas na profissionalidade do Serviço Social brasileiro não se fizeram acompanhadas de mudanças no horizonte da investigação, na escolha das temáticas e nos fundamentos teórico-metodológicos.

Pelo contrário, a trajetória da profissão e suas particularidades no contexto brasileiro conferem um peso significativo às mudanças efetivadas nas suas dimensões teórico-práticas, com base na sua relação com os movimentos políticos e sociais, em sua interlocução com as Ciências Sociais e Humanas e a legitimidade alcançada pela produção de conhecimento acadêmico marcado efetivamente pela multiplicidade de temas, pesquisas e dimensões sociais incluídas na literatura profissional.

E, mais precisamente, essa trajetória só se revela plenamente compreensível, quando analisada à luz da sua relação com a teoria social de Marx. A vertente de ruptura com o conservadorismo, ao considerar os fundamentos de uma perspectiva de totalidade nas interpretações do modo de produção capitalista, aprofunda a sua ancoragem nos fundamentos da ontologia do ser social, complexificando os enfrentamentos, no plano da prática profissional, com o pragmatismo e, no plano teórico, com os conhecimentos especulativos e empiricistas, limitados à racionalidade imperante nos fenômenos mais imediatos da sociedade capitalista. No plano analítico, trata-se, especificamente, da crítica radical formulada sobre as influências do pensamento social que, do ponto de vista político e ideológico, se limita à apologia da sociedade burguesa.

São tendências que não se restringem a explicitar as *disputas metodológicas*, uma preocupação que se acentua em períodos históricos de crise e de transição (COUTINHO, 1972; LUKÁCS, 1979; MÉSZÁROS, 1996), com os problemas de método e de sua validade metodológica e teórica, preocupação tão cara aos intelectuais pós-modernos.

O pressuposto que se reafirma é que o Serviço Social brasileiro já compreendeu e já incorporou nos seus debates, que são diferentes, as maneiras de conceber a relação entre o movimento da realidade e o processo de produção de conhecimento; bem como são distintas as teorias sociais que almejam compreender e explicar os processos e determinações da sociedade burguesa.

Assim, as vertentes modeladas pelo pragmatismo, que fundem a ação investigativa com a intervenção profissional, que fixam o critério de utilidade prática do conhecimento, são problematizadas com a compreensão de que a explicitação dessa diferença não se faz inteligível em termos estritamente metodológicos, mas deve ser apreendida nas reivindicações hegemônicas e determinações ideoculturais, que influenciam, intelectual e politicamente, a moldagem das direções sociais das tendências que se movem na profissão.

As reflexões desenvolvidas somam-se ao esforço coletivo de buscar entender os elementos de mediação que constituem os nexos entre a produção de conhecimento e a agenda socioprofissional. Inevitavelmente, torna-se conteúdo primordial dar continuidade às análises sobre mutações, crises, ofensivas e transições em curso na sociedade capitalista, em uma perspectiva de superação da aparência fenomênica, as quais assumem importância decisiva quando se pretende aprofundar o rompimento com as influências hegemônicas da racionalidade instrumental e aprofundar os vínculos do projeto profissional com as lutas e movimentos sociais efetivamente comprometidos com a construção de uma ordem societária para além do capital.

Considerações finais

Inserir a organização profissional e o saber profissional na direção social propugnada pelo projeto ético-político implica sistematicamente ultrapassar a forma transparente, a aparência que tolda a compreensão do significado, as motivações e as determinações, atribuindo rigor à questão do método, à pesquisa e à produção do conhecimento. A análise sobre a crise em curso na sociedade capitalista, em uma perspectiva que vai além das aparências, assume, portanto, especial importância quando se pretende

aprofundar o distanciamento da influência hegemônica da racionalidade instrumental, que transforma toda teoria em uma justificação do existente, segundo perspectivas que se tornaram anacrônicas.

O desenvolvimento de uma teorização que culmina na consolidação de outro estatuto profissional do Serviço Social requereu a constituição dos *conteúdos teórico-metodológicos extraídos da tradição marxista e dos fundamentos* que possibilitam a distinção entre práxis apropriadora e práxis manipulatória, entre diferentes níveis de racionalidade que se reportam à prioridade ontológica ou aos juízos de valor gnosiológicos e morais.

Na pesquisa sobre as tendências na produção acadêmica, foi possível indagar: como e em que condições, pode-se desenvolver e ampliar o saber profissional sem garantir a instauração de novos padrões profissionais e intelectuais. No plano acadêmico, o processo de desenvolvimento da atividade intelectual representa uma renovação que amplia e diversifica as aproximações e apropriações teóricas do Serviço Social. No processo mais amplo da teorização profissional, aprofundam-se vias de pesquisa e de produção de conhecimento histórico, analítico e crítico.

Para melhor compor esse quadro sumariamente apresentado, foi fundamental mostrar que a legitimação, no plano da produção de conhecimentos, de um saber profissional que se assume inspirado no pensamento social de Marx, encontra como desafio enfrentar as tendências de fragmentação do conhecimento científico. Essas concepções ganham concretude nas Ciências Sociais, Humanas e no Serviço Social, produzem um ecletismo que identifica a concepção de pesquisa com técnicas de pesquisa empírica, produção de conhecimentos com descrição de atitudes e sentimentos acerca de processos de consciência. A ratificação empírica de conceitos subjetivistas converte-se na mistificação do discurso como narrativa da realidade como fato e das práticas profissionais e/ou sociais, como relações intersubjetivas. São elaborações que manifestam consideração pelas classes sociais, cultura, nações, religiões, e outros, como variações igualmente essenciais de uma realidade efervescente, fragmentada, indeterminada, mutante.

Em particular, é preciso entender o modo pelo qual o capital vem enfrentando a sua crise de acumulação, latente e evidente após 1970, o que implica também mudanças na esfera jurídico-política e social. Os vínculos do Estado e do direito social com a organização do capitalismo monopolista e com suas estratégias, para administrar e enfrentar a crise de acumulação

que assola os países centrais e periféricos, acentuam a sua configuração burguesa, seu caráter de classe, justificam o redimensionamento de sua ação e o encolhimento de suas funções, pela flexibilização e desregulamentação.

O contexto de projeção e mistificação *da sensibilidade consumidora* (NETTO, 1996) e da *soberania do consumidor* (MÉSZÁROS, 1999, p. 100), que produz falsas contraposições entre políticas neoliberais e social-democratas (VIEIRA, 1997), cria a ambiência para a mitologia do mercado como regulador geral das relações sociais.

Os aspectos evidenciados formam um conjunto complexo de mediações e de diferentes processos experimentados pela organização profissional, que ajudam a explicar as possibilidades e os limites do seu movimento no interior das classes sociais.

Nessa direção social, a pesquisa criteriosa, crítica e analítica é salientada como vetor de aproximação às condições de vida e trabalho das classes sociais, com ênfase a classes subalternas, trabalhadoras – requisito indispensável para a efetivação dos valores e princípios reconhecidos e defendidos pelo projeto ético-político profissional. Na trajetória do Serviço Social no Brasil, o alcance das escolhas do passado funde-se à “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (Cress, 2001, p. 17)

Referências Bibliográficas

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa, CABRAL, M. do Socorro R.. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*. Trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978 - 1988. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Relatório da Oficina Nacional de Formação Profissional, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. Notas sobre a organização política e sindical dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 97-107, jan-jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – *Plano Nacional de Pós-Gr-*

duação - PNPG 2011/2020. Disponível em: [http //: www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br) .

_____. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. *Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACT&I 2011-2014)*. Disponível em: [http//: www.mcti.gov.br](http://www.mcti.gov.br).

CRESS. 7ª. R. *Coletânea de Leis e Resoluções*. Assistente Social: ética e direitos. Rio de Janeiro: Lidador, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

FARIA, Sandra de. *Serviço Social e o Mundo do Trabalho*. Balanço da Produção dos Cursos de Mestrado –1990/1995. 1997. Dissertação de Mestrado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, São Paulo.

_____. *Produção de conhecimento e agenda socioprofissional no serviço social brasileiro*. 2003. Tese de doutorado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-política profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. *Coletânea Nova de Serviço Social*. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, p. 39-70, 2015.

IAMAMOTO, Marilda. *A renovação conservadora no Serviço Social*. Ensaio Críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto profissional. *Cadernos Abess. Produção científica e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998, n. 6.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche – capital financeiro trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997). *Cadernos Abess. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998, n. 8.

LUKACS, Gyorg. *Ontologia do ser social*. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Sociais, 1979.

MARX, Karl. *Manuscritos filosóficos de 1844*. Tradução Maria Antonia Pacheco. Lisboa: Avante, 1994. (Biblioteca do Marxismo-Leninismo).

_____. *Para a crítica da economia política*. Tradução Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MENDES, Jussara Rosa Maria e ALMEIDA Bernadete de Lourdes F.. As recentes tendências de pesquisa em Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 120, p. 640-661, 2014.

MÉSZAROS, Istvan. *O Poder da Ideologia*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área de conhecimento. *Revista Katályses*. Florianópolis, vol. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Transformações Societárias e Serviço Social*. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. São Paulo: Cortez, 1996. (Serviço Social e Sociedade, n. 50).

SANTOS, Cleusa dos. Reforma/Revolução – polos de tensão na constituição do movimento socialista. 1998. Tese de doutorado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo.

SILVA, Lúcia Maria Monteiro Rodrigues. Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos. 1991. Tese de doutorado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo.

VIEIRA, Evaldo. *As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos*. Revista Serviço Social e Sociedade nº. 53. São Paulo: Cortez, 1997.

* Sandra de Faria é doutora em Serviço Social, pós-doutoranda no PPGSS-UFRJ, bolsista PDS-CNPq e professora de Serviço Social da PUC GOIÁS.
<sandra.f@pucgoias.edu.br>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Andréa Teixeira
VICE-DIRETORA
Sheila Backx
DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)
José Paulo Netto (ESS - UFRJ)
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)
Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Carlos Montaña (ESS-UFRJ)
Fátima Grave (ESS-UFRJ)
Yolanda Guerra (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simonatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos

Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHESP-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho
Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

Foto de capa: Marcelo Camargo/Abr